

Justiça embarga construção de resort em Angra dos Reis

Empresa não cumpriu com exigências ambientais e obra no paraíso ecológico foi suspensa

ROBERTA PENNAFORT

RIO – A construção do resort Meliá Angra Resort Marina & Convention, no paraíso ecológico de Angra dos Reis, na região Sul Fluminense, está embargada pela Justiça por descumprimento de exigências ambientais. Localizado na Área de Preservação Ambiental (APA) de Tamoio, o hotel não apresentou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) nem o Relatório de Impacto Ambiental (Rima).

As obras foram embargadas pelo Ibama com base na irregularidade, mas acabaram sendo retomadas porque os construtores lançaram mão da licença ambiental que havia sido concedida pela Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente (Feema), em dezembro de 2001, mesmo sem os estudos de impacto. No entanto, nesta semana a Feema suspendeu a licença, o que fez com que a construção fosse novamente interrompida.

Além da falta de EIA/Rima, as obras apresentam outras irregularidades, entre elas o fato de o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pela empresa Costa Bella Empreendimentos Imobiliários Ltda. não regularizar qualquer obra. Além disso, está prevista a construção de uma marina com capacidade para 320 bar-

cos numa área que serve de berçário para peixes, moluscos e crustáceos. E não está sendo respeitado o limite de 50 metros de distância da margem do rio Caputera, que margeia a construção, conforme apregoa o Código Florestal. A área é de manguezal e, portanto, protegida por legislação federal.

O resort, que fica em frente à Ilha do Pimenta, terá 319 quartos e é considerado no mercado imobiliário o maior complexo hoteleiro da costa brasileira com marina integrada. A região, conhecida como Pontal, é das mais bonitas de Angra, município que tem 365 ilhas. A propaganda vende a imagem de um empreendimento

Reprodução



Folheto de publicidade do hotel embargado

to ligado à ecologia, o que é reforçado pela propaganda com o navegador Amyr Klink e os iatistas Robert Scheidt e Torben Grael.

Mas, para os ecologistas, o impacto na natureza será muito grande. “É preciso demolir. Precisamos acabar com a impunidade ambiental em Angra”, diz Ivan Marcelo Neves, vice-presidente da Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (Sape), entidade que há 20 anos milita pela preservação da natureza no município.

Procurada pelo Estado, a empresa João Fortes Engenharia, responsável pela obra, não havia comentado o assunto até o início da noite de ontem.